

# Panos Quentes

01 AGO 2001

JORNAL DO BRASIL

Depois dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, e pela ordem de importância, chegou a vez da punição da diretora do Prodases e os outros funcionários que participaram da violação do painel de votações do Senado. Ao que tudo indica, mais uma vez a punição será branda, em relação ao teor do crime tratado com panos quentes.

Salvo mudança de última hora, prevê-se suspensão máxima de 90 dias para a ex-diretora do Prodases, Regina Borges, e seu marido, e pena semelhante aos outros funcionários que depois da votação de cassação do senador Luiz Estevão penetraram sub-repticiamente no recinto do computador e extraíram ilegalmente a lista de votantes. Segundo Regina Borges, ela recebeu ordem superior, vinda do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, por intermédio do senador José Roberto Arruda, para fraudar o sigilo, fornecendo-lhes a lista dos votos.

Ora, como reconhece a comissão que investigou a fraude, o delito não tem atenuante: os fraudadores descumpriram o artigo 116 do Regime Jurídico Único do Servidor Federal que proíbe o servidor de cumprir ordem ilegal superior. Regi-

na Borges sequer tentou convencer os dois senadores de que não podia fazer o que fez, nem ao menos criar dificuldades técnicas que poderiam inviabilizar o ato ilegal – e imoral. Cumpriu a ordem com zelo e com urgência, embora no seu foro íntimo ficasse com um pé atrás, resguardando-se de possíveis acusações futuras.

Quando os fatos começaram a se voltar contra ela, mercê da divulgação de informações constantes da lista, utilizadas com objetivos políticos, confessou tudo. Os dois senadores se safaram com a renúncia estratégica que lhes permitirá no próximo ano voltar à política, e o então assessor do senador Arruda, Domingos Lamoglia, possivelmente será beneficiado com a absolvição completa, já que, no entendimento da comissão, serviu apenas de peão leva-e-trás da lista de um lugar para outro.

Enfim, entre mortos e feridos, todos se salvaram, para o bem da cumplicidade corporativa que na capital federal paira acima do bem e do mal. O Senado ainda fica a dever à opinião pública um gesto de firmeza ética, para apagar certos erros do passado e voltar-se para o futuro sem vacilações.